
Imprensa Negra no Brasil e Estados Unidos: breve histórico e reflexões sobre os primeiros jornais negros das Américas¹

Valmir Teixeira de ARAUJO²
Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

Brasil e Estados Unidos compartilham uma série de similaridades, dentre elas o passado escravocrata e as consequentes desigualdades entre suas populações brancas e negras. Por sua vez, os meios de comunicação possuem um papel importante ao noticiar e registrar os acontecimentos relacionados à temática racial desde o período da escravidão, em particular a imprensa negra, por buscar uma narrativa mais próxima à população negra. No presente trabalho apresentamos um breve histórico dos jornais negros brasileiros e estadunidenses, com foco nos primeiros periódicos criados ainda no século XIX, em ambas sociedades escravocratas. A partir das discussões foi possível estabelecer um comparativo entre a história da imprensa negra no Brasil e EUA e admitir a importância dos mesmos nas lutas da negritude em diferentes pontos do continente americano.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Negra; Negritude; Brasil; Estados Unidos, Américas;

INTRODUÇÃO

Com espaço limitado na imprensa tradicional, as discussões sobre as questões étnico-raciais brasileiras sempre foram destacadas na imprensa negra a partir de narrativas em que o negro aparece como protagonista. Os Estados Unidos da América (EUA) conseguiram sua independência em relação a Inglaterra ainda no século XVIII e o Brasil de Portugal no início do século XIX, mas essas mudanças não trouxeram ganhos significativos para a população negra de ambos os países, que continuaram na condição de escravizados – a abolição definitiva da escravidão estadunidense só ocorre em 1863, enquanto a brasileira em 1888, sendo um dos últimos países do mundo a pôr fim ao regime escravocrata do povo negro. E mesmo no período escravocrata, populares negros livres de ambos os países se organizaram para a produzir periódicos, que denominamos como imprensa negra. O primeiro jornal negro estadunidense criado foi o *Freedom's Journal* (Jornal da Liberdade), fundado em 1827 na cidade de Nova Iorque (NY), enquanto o

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: valmir.ptu@gmail.com

primeiro brasileiro foi criado seis anos depois, *O Homem de Cor*, em 1833, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

No caso brasileiro a correlação da imprensa negra com os órgãos do movimento negro organizado é uma das principais caracterizações, uma vez que muitos dos jornais negros brasileiros foram criados a partir de organizações sociais, que por sua vez contribuíram com a realidade de aproximação desses escritos com as pautas e o posicionamento da negritude. Defendemos neste trabalho o termo negritude como sinônimo de coletividade negra ou de um grupo étnico-racial de pessoas – africanos e seus descendentes – que lutam pela conscientização e valorização da cultura negra e, por consequência, atuam na denúncia do racismo e seus efeitos para o povo negro.

Já a realidade estadunidense é profundamente marcada pela segregação, mesmo no estado de Nova Iorque, onde surgiu o primeiro jornal negro afro-americano. Diferentemente do Sul dos Estados Unidos, Nova Iorque e outros estados do Norte já haviam abolido a escravidão antes da criação do primeiro jornal negro, contudo a população negra vivia em verdadeiros “guetos” e era pouco ou não retratada nos principais jornais da região. Assim, estudos sobre a imprensa negra estadunidense apontam que as razões para criação desses jornais está a necessidade de contribuir com o desenvolvimento da comunidade negra.

O objetivo desse trabalho é apresentar um breve histórico da imprensa negra brasileira e estadunidense, com foco nos primeiros periódicos negros criados ainda no século XIX, período em que ambas sociedades ainda conviviam com o escravagismo ‘legal’. A partir de uma pesquisa exploratória, com busca de informações gerais sobre o campo de estudo (GIL, 2010, p.152), com o intuito de conhecer mais sobre imprensa negra brasileira e estadunidense, além de realizar interseções e diálogos entre essas diferentes realidades, com o objetivo de contribuir para a consolidação do campo de estudo da temática racial no jornalismo.

O trabalho será apresentado em quatro partes: inicialmente será apresentada uma discussão sobre o histórico e a realidade das populações negras do Brasil e Estados Unidos, já apresentado algumas considerações comparativas. Em seguida discorreremos sobre a imprensa negra no Brasil, características, contribuições e também destacando as

publicações do primeiro pasquim negro, ‘*O Homem de Cor*’. Também apresentaremos uma descrição geral sobre a imprensa negra estadunidense e seu primeiro jornal, o *Freedom's Journal*. Por fim, será realizada uma discussão sobre os primeiros jornais negros do continente americano, tendo como foco os jornais produzidos do Sul (Brasil) e Norte (Estados Unidos) a fim de realizar reflexões sobre a importância dos mesmos para as sociedades brasileira e estadunidense.

NEGROS NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Uma das grandes similaridades do Brasil e Estados Unidos é o fato de terem em suas populações uma presença significativa de pessoas negras/*Black* ou afro-americanos/*African Americans* (termo bastante utilizado nos EUA para se referir à população negra). No caso brasileiro a população é majoritariamente negra, quando se leva em consideração pretos e pardos, enquanto que nos EUA os negros são um grupo minoritário.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a estimativa da população brasileira em 2019 foi de 210 milhões de habitantes, dos quais 42,7% se declararam brancos (90 milhões de pessoas), 1,1% como amarelos ou indígenas (2,3 milhões), 46,8% como pardos (118 milhões), 9,4% como pretos (20 milhões). Como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considera como negros, os que se declaram pretos e pardos, a população negra brasileira, em 2019, foi estimada em 118 milhões de pessoas.

Já os afro-americanos correspondiam a 13,4% da população estadunidense em 2019, o que representa cerca de 43 milhões de pessoas (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2019). A população estadunidense em geral foi estimada em 328 milhões de habitantes, dos quais 60% apenas brancos, 18,5% hispânicos ou latinos (incluídos nesse grupo os brasileiros que moram nos EUA), 5,9 asiáticos, 1,3 povos nativos das Américas, 0,2 povos nativos do Havaí e Pacífico e 2,8% pertencentes a duas ou mais origens. Importa destacar que a população negra que mora nos EUA é maior que os 13,4% uma vez que parte da população latino-americana é negra, mas é identificada apenas como hispânica ou latina no censo.

Assim, o Brasil e Estados Unidos possuem uma das maiores populações negras do mundo. A partir de uma compilação de dados das estimativas das populações brasileira e estadunidense, com a ranking de população mundial (Banco Mundial, 2019) podemos

considerar que o Brasil é o país mais negrofora da África e tem a segunda maior população negra em todo mundo, ficando atrás apenas da Nigéria, conforme a Tabela 1. Os Estados Unidos também fazem parte desse ranking com a 9ª maior população negra do mundo, sem considerar os negros de origem latino-americana.

Tabela 1 – Países com maiores populações negras do mundo

País	População geral	População negra
Nigéria	*	200 milhões
Brasil	210 milhões	118 milhões (pardos e pretos)
Etiópia	*	112 milhões
República Dem. do Congo	*	87 milhões
Tanzânia	*	58 milhões
África do Sul	58 milhões	52 milhões (mestiços e negros)
Quênia	*	52 milhões
Uganda	*	44 milhões
Estados Unidos	328 milhões	43 milhões

Fonte: Banco do Mundial

*Países da África Subsaariana com quase totalidade de população negra

Além desses países dos ranking toda a África Subsaariana é composta por maioria absoluta de negros, incluindo as nações lusófonos do continente africano: Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Nas américas, para além de Brasil e Estados Unidos há população negra significativa em diversos países, com destaque para a Colômbia e os países da região do Caribe, como Haiti, Cuba e Jamaica. Na Europa Ocidental, que manteve o continente africano como parte do seu colonialismo imperial por séculos, diversos países possuem significativa população negra, com destaque para França, Reino Unido, Bélgica e Portugal.

Uma triste similaridade que aproxima as populações negras pelo mundo é o racismo estrutural, que dificulta ou até mesmo impede que o negro tenha acesso à oportunidades socioeconômicas e que seja o mais afetado pela violência, seja ela policial, doméstica e etc. O racismo foi o fundamento principal base para a existência de um passado escravagista e continua sendo a base para a desigualdade racial pelo mundo. No Brasil existe um verdadeiro abismo econômico entre brancos e pretos no Brasil. Nos

Estados Unidos, a população negra encarcerada e proporcional muito maior que a dos brancos.

A compreensão sobre o racismo estrutural é o entendimento de que o racismo é um elemento que integra toda a organização econômica, política e social da realidade brasileira. Para Almeida (2018, p.39), o racismo estrutural pode se pensando como sendo um processo histórico e político, que cria condições sociais voltadas para uma discriminação sistemática de forma direta ou indireta e assim, mesmo que “os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente”. O autor enfatiza que as responsabilizações dos indivíduos sobre os atos específicos são importantes, mas não suficientes para a superação do racismo estrutural.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia Social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos devido aos processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é a regra e não exceção (ALMEIDA, 2018, p. 39).

No Brasil, a Constituição de 1988 pode ser vista como um grande avanço na luta contra o racismo, uma vez que estabelece o papel do Estado Brasileiro na promoção social e a garantia aos direitos aos diferentes grupos, resultado de décadas de lutas do movimento negro, que teve representação na Constituinte de 1988. A partir de 1988 foi possível propor legislações específicas para o combate ao racismo, a criação do Estatuto da Igualdade Racial e a implementação das políticas afirmativas, dentre elas as cotas nas universidades públicas federais e os programas de auxílio aos estudantes nas instituições particulares. Contudo, Almeida (2018, p.162) adverte: “a superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentam de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais”.

A cultura negra estadunidense, com seus renomados nomes na música, no cinema e na literatura, tem um papel importante no processo de visibilidade do negro no mundo. Apesar de serem efetivamente uma minoria no eleitorado, os afro-americanos conseguiram eleger o primeiro presidente negro nos Estados Unidos - Barack Obama, eleito em 2008 e reeleito em 2012 - possibilitando que um negro de ancestralidade queniana assumisse o posto de comando do país mais rico do mundo. Apesar do feito simbólico que significou a eleição de Obama, a sociedade americana segue com graves

questões raciais, como encarceramento dos homens negros nos Estados Unidos, que é uma pauta histórica e atual do movimento negro:

Na história dos Estados Unidos, a acusação fraudulenta de estupro se destaca como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo. O mito do estuprador negro tem sido invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes. Se as mulheres negras têm estado visivelmente ausentes das fileiras do movimento antiestupro da atualidade, isso pode se dever, em parte, à postura de indiferença desse movimento em relação ao uso da falsa acusação de estupro como forma de incitar agressões racistas. Um número grande demais de inocentes tem sido oferecido em sacrifício a câmaras de gás e enviado a celas de prisão perpétua para que as mulheres negras se juntem àquelas que frequentemente buscam o auxílio de policiais e juizes. Além disso, na própria condição de vítimas de estupro, elas têm encontrado pouca ou nenhuma simpatia desses homens de uniformes e togas. E histórias sobre ataques de policiais a mulheres negras – vítimas de estupro que, às vezes, sofrem um segundo estupro – são ouvidas com muita frequência para ser descartadas como anormais (DAVES, 2016, p.189).

A escravidão do negro africano e de seus descendentes, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos ou em outros países do continente americano com forte tradição escravagista como Colômbia, Cuba, e Haiti, mostrara uma das facetas de maior crueldade da humanidade. Os países do continente americano, assim como outras sociedades ao redor do mundo, vivem uma realidade atual que é retrato de um passado, o que motiva pessoas negras na luta contra as mazelas do racismo estrutural, sendo uma dessas formas de luta e resistência a imprensa negra.

JORNAIS NEGROS DO BRASIL

A discussão sobre a imprensa negra no Brasil passa, necessariamente pelo nosso passado escravocrata, que se sustentou por séculos a partir de uma crença de inferioridade biológica dos seres humanos de pele escura. Esse processo, baseado no racismo deixou sequelas que influenciam a organização da sociedade até os dias atuais. Então, exige-se assim uma discussão efetiva e o desenvolvimento de ações reparatórias postergadas em razão de uma forte ideologia denominada ‘democracia racial’, a qual foi utilizada como justificativa para a negação das distorções raciais na sociedade brasileira.

Os meios de comunicação tiveram e continuam exercendo um papel importante em todo esse processo. Durante a escravidão, os jornais foram utilizados para propagação das ideias racistas de inferioridade dos negros e num segundo momento foram e

continuam tendo um papel importante na defesa da ideologia da democracia racial. Por outro lado, os jornais negros, em um alinhamento com a negritude, sempre tiveram um papel de combate ao racismo e ao discurso da democracia racial

A partir de uma perspectiva histórica é possível considerar que imprensa negra vem desempenhando um importante papel no Brasil, ao produzir, desde o século XIX, um conteúdo jornalístico a partir da perspectiva da negritude. Com essa perspectiva, é possível buscar uma conceituação para imprensa negra conectada ao papel contributivo desses meios de comunicação para a negritude e a sociedade em geral ao longo da história brasileira. Em conformidade com Araujo (2019, p.213), a imprensa negra pode ser entendida como “veículos de comunicação especializados na temática racial, na luta contra o racismo e comprometidos com a construção de narrativas negras sobre os diversos assuntos (economia, política, esportes, cultura, dentre outros)”.

Outros conceitos extraídos de importantes trabalhos sobre a imprensa negra brasileira são importantes para essa caracterização: Moura (2014, p.249) destaca a imprensa negra como portadora de uma “linguagem alternativa, devendo ser considerado, dentro da estrutura da expressão, uma parte da cultura brasileira”. Para Bastide (1983, p. 34) “a imprensa negra nasce do sentimento de que o preto não é tratado em pé de igualdade com o branco; sua primeira tarefa será, pois, ser um órgão de protesto”. Pinto (2010, p.19), destaca serem os “jornais negros, feitos por negros, para negros, veiculando assuntos de interesse da população negra”.

É razoável compreender imprensa negra como uma concepção de veículos de comunicação focados na produção de conteúdo jornalísticos, em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, ainda que estas não tenham relação direta com as questões raciais, destacando a expressão e a visão de mundo do negro sobre os diversos assuntos, contribuindo assim com a visibilidade da negritude, como também para com uma pluralidade de ideias no debate público (ARAUJO, 2019). Essa é uma conceituação ampla, plural e passa por um estágio de concretude, apesar disso reiteramos nossa compreensão de que são veículos de comunicação produtores de conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, em temáticas raciais e não-raciais.

Importa destacar que algumas dessas caracterizações da imprensa negra brasileira já estão presentes no primeiro pasquim *O Homem de Cor*, criado em 14 de setembro, na tipografia de Francisco de Paula Brito, um negro livre do Rio de Janeiro, que já trabalhava com impressão de jornais e é considerado um dos pioneiros na luta contra a escravidão e o preconceito racial no Brasil. Segundo Pinto, (2010, p.24), a primeira edição do pasquim trazia do lado esquerdo o parágrafo XIV do artigo 179 da Constituição de 1824: “Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes” e do lado direito uma frase do presidente a província de Pernambuco, de 12 de junho de 1833: “O povo do Brasil é composto por classes heterogêneas, e debalde as intendem misturá-las e confundi-las, sempre alguma há se procurar e tender a separar-se das outras, e eis o motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”.

Ainda no ano de 1833 surgiram no Rio de Janeiro outros pasquins negros, como *Brasileiro Pardo* e *O Cabrito/ Lafuente*, apontando para a existência local de uma “rede de solidariedade negra a qual interessava a conservação das garantias individuais e também a construção de uma voz coletiva direcionada ao fortalecimento do grupo”, diz Pinto (2010, p.20). Segundo a autora, as “polêmicas” que surgiram na política do Império eram utilizadas por esses jornais como um espaço para serem apresentados os ideais iluministas e liberais de democracia, no qual estava presente o sentimento de igualdade de todos os cidadãos, independentemente da cor de sua pele.

Os três primeiros periódicos negros tiveram um número limitado de publicações – *O Home de Cor/O Mulato* de 14 de setembro a 4 de novembro de 1833; *Brasileiro Parto* apenas uma edição em 21 de outubro e *O Cabrite/Lafuente* de 7 a 16 de novembro, ambos no mesmo ano que o primeiro, conforme Pinto (2006), que destaca a importância desses jornais para a população negra escravizada ou liberta, que também sofria com o forte preconceito racial.

Para Moura (2014, p.210), os primeiros jornais negros tiveram uma importância incontestável para a negritude e para a sociedade brasileira em geral, por reivindicarem a incorporação do negro nos espaços [sobretudo de trabalho], contudo, o autor destaca que essas publicações não se dedicavam, necessariamente, às questões dos escravizados: “Esses jornais não se erguiam e colocavam nas suas colunas o problema dos negros escravos, reivindicando abolição e o fim trabalho servil”. Os jornais negros que

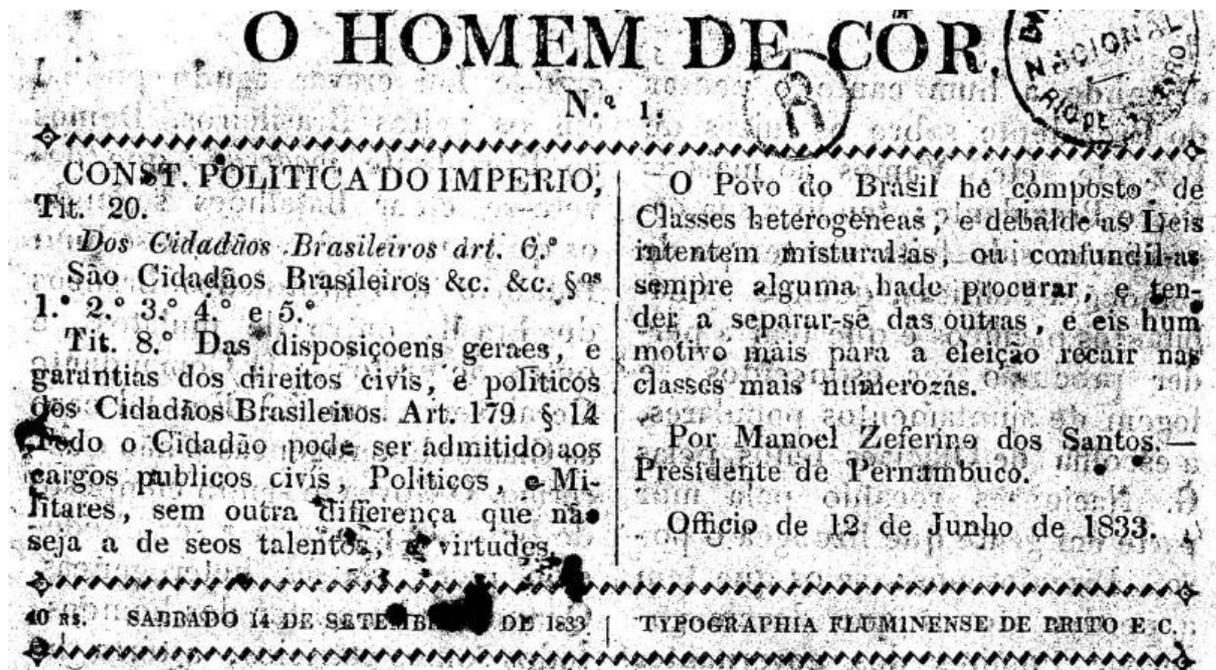
coexistiram com o período escravocrata eram produzidos e consumidos por pretos e mestiços livres, que buscavam melhores condições de vida.

Levando em consideração que neste período a maior parte significativa da população do Rio de Janeiro tinha a pele escura é possível considerar um impacto no cotidiano social:

O noticiado nos pasquins negros conquistou repercussão, extrapolando, assim, os limites que a pessoa hipotética dos redatores poderia determinar. O enigma fica, portanto, esvaziado diante da amplitude da mensagem emitida. À luz da debilidade dos registros que tentaram asseverar os responsáveis pela escrita daquelas folhas, opto por solucionar essa peleja apostando na veracidade e legitimidade do narrador construído, na persona negra que revela as demandas dos segmentos negros livres e liberto da Corte nos anos de 1830. Em vez de continuar adentrando no terreno movediço das especulações, é preferível tomar outro caminho e deslindar os fatos e as questões suscitadas nos pasquins e em seu contexto (PINTO, 2006, p.66).

A partir da publicação da edição de número 1, de 12 de junho de 1833, do pasquim *O Homem de cor* é possível observar que a publicação destaca o artigo 179 da Constituição de 1824: “Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”.

Imagem 1 – O Homem de Cor



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Na Figura 1 é possível observar a tentativa do periódico em fazer reflexão sobre a composição racial do governo (formado por brancos), tendo em vista o olhar do negro. É possível destacar a importância da imprensa negra na reivindicação para a superação da ideologia racista, que impedia “homens de cor” mesmo ‘livres’, assumissem cargos públicos, como previsto na constituição. Assim, torna-se possível destacar o papel da imprensa negra brasileira, desde os seus primórdios na luta antirracista, com a particularidade da vertente abolicionista presente nos jornais negros que antecedam o fim da abolição da escravidão.

IMPrensa negra estadunidense

Diferentemente no Brasil, nos Estados Unidos a *The Black Press* foi estruturada em um modelo comercial, sustentada por anúncios ou no associativismo afro-americano. O primeiro jornal negro estadunidense foi o *Freedom's Journal*, em 1827 em Nova York e foi sucedido por uma série de outros veículos de comunicação negros, muitos impressos pelas igrejas afro-americanas, tendo um papel importante no período da Guerra de Sucessão (1861-1865) e o fim da escravidão nos Estados Unidos, bem como no movimento da Grande Migração (que levou 6 milhões de negros de 1910 a 1970 dos estados mais racistas do Sul para buscar melhores condições de vida no norte do país) e o Movimento dos Direitos Civis (que lutou, entre as décadas de 1950 a 1960, contra a segregação racial e direitos igualitários para brancos e negros em todo território estadunidense), conforme Alakija (2012, p. 144). A *The Black Press* continua exercendo um papel importante na denúncia contra a violência policial e o encarceramento de negros nos Estados Unidos – principais pautas na negritude estadunidense.

A sociedade estadunidense – em particular a população negra – criou uma grande variedade de veículos de comunicação que podem ser denominados como parte da imprensa negra, principalmente por sua característica em comum de destacar a perspectiva negra. Esses, podem estar presentes em todos os períodos da história dos Estados Unidos, desde os “primórdios”, que conviveram com o período da escravidão do século XIX, como o *Freedom's Journal*; a Guerra Civil; forte segregação pós abolição, com a implementação das leis Jim Crow, que impunham separações para negros e brancos em diversas localidades dos EUA; a luta pelos direitos civis liderados por Martin

Luther King e as questões negras da atualidade como a desigualdades, violência policial e o encarceramento negro.

Em conformidade com os relatos publicados por Simons (1998) o *Freedom's Journal* foi fundado em 16 de março de 1827, com edições semanais. O reverendo Samuel E. Cornish foi o editor editor sênior, enquanto John B. Russwurm trabalhou como editor Júnior no primeiro jornal negro dos Estados Unidos. Ambos eram ativistas negros, sendo Cornish reconhecido pelo seu trabalho em estabelecer uma igreja presbiteriana afro-americana e Russwurm como membro da Sociedade de Emigração Haitiana.

O jornal foi criado a partir de um clima de muita desconfiança em relação ao crescimento da população de negros libertos na cidade de Nova Iorque, estado sem grande tradição escravocrata, que passará a receber negros libertos de outras partes do país. Simons (1998, p. 9) relata que Mordecai M. Noar, editor do *New York Enquirer* era um grande crítico a presença crescente de negros na cidade e insistia que uma vez que os afro-americanos eram livres, eles seriam uma “ameaça” e que deveriam ser deportados para a África. Essa é uma das razões apontadas por Simons para a criação do primeiro jornal negro, uma vez que a população negra se via insultada pela narrativa criada por esse editor e sem o espaço para contrapor.

Muitos afro-americanos acreditavam, entretanto, que as acusações de NoAR haviam ido longe demais e que uma réplica de algum tipo deveria ser dada, não de seus amigos da raça branca, mas das pessoas que haviam sido insultadas. Afro-americanos representativos. Com isso em mente, um grupo de afro-americanos se reuniram na cidade de Nova York se reuniram para fazer planos para um jornal e selecionar homens capazes de transmitir suas mensagens. Assim, o *Freedom's Journal* foi iniciado em 16 de março de 1827.^a Sua função inicial foi enfrentar todas as acusações feitas pelo *New York Enquirer* (SIMONS, 1998, p. 9) (tradução nossa)

O *Freedom's Journal* teve o importante papel em rebater as publicações racistas de parte da imprensa nova-iorquina, mas também fazia publicações diversas sobre temas de interesse regional, nacional e até internacional. Um das marcas de seus editoriais era o abolicionismo, denunciando as mazelas da escravidão que dominava todo o Sul dos Estados Unidos na época, além das injustiças vivenciadas pelos negros libertos nos estados escravagistas e também naqueles livres da escravidão, situados mais ao norte, como Nova Iorque.

Simons (1998, p. 10) destaca que Russwurm, um dos editores do jornal, começou a acreditar que o ódio pelo qual os afro-americanos livres ou escravizados sofriam nos Estados Unidos estava profundamente enraizado em muitos brancos, o que passou a gerar

embates sobre os rumos da linha editorial do jornal. Essa excitação sobre qual rumo seguir na luta contra a escravidão e a discriminação contra o negro era um assunto que já começava a dividir os negros libertos engajados na luta contra o racismo.

Importa destacar que o primeiro jornal negro estadunidense também tratava sobre o cotidiano dos afro-americanos, com a publicação de biografias negras, listas de nascimentos, mortes e casamentos que ocorriam em Nova York, ajudando a celebrar suas conquistas. Ele chegou a circular em 11 estados, no Distrito de Columbia, Haiti, Canadá e até na Europa, conforme dados do Wisconsin Historical Society³, que disponibiliza 103 edições digitalizadas e publicadas dos *Freedom's Journal*, de 16 de março de 1827 a 28 de março de 1829.

Imagem 2 – Freedom's Journal



Fonte: arquivo digitalizado do Wisconsin Historical Society

A partir dos arquivos digitalizados é possível observar que se tratava de uma publicação com quase a totalidade do espaço preenchido por textos, que tratavam dos

³ A Wisconsin Historical Society é uma instituição, fundada em 1846, com o objetivo de manter, promover e divulgar o conhecimento relacionado à história da América do Norte. O arquivo digitalizado do *Freedom's Journal* está disponibilizado em: <https://www.wisconsinhistory.org/Records/Article/CS4415>

mais diferentes assuntos relacionados à população afro-americana. Em março de 1829 o *Freedom's Journal* foi substituído por outro jornal negro, o *The Rights of All*, editado por Samuel Cornish, que também atuou no primeiro jornal negro estadunidense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do intervalo de seis anos e os 8 milhões de Km que separaram Nova Iorque do Rio de Janeiro, podemos destacar outras diferenças, mas também aproximações dos primeiros jornais negros produzidos nos Estados Unidos, *Freedom's Journal* (1827) e *O Homem de Cor*, em 1833. Em primeiro, que apesar de ambos os países serem escravocratas nesse período, o jornal americano era produzido no Norte abolicionista dos Estados Unidos, com foco em uma população negra que era vista com desconfiança. Já o pasquim brasileiro foi criado na capital do Brasil, por homens libertos, mas em uma cidade que convivia com a plenitude da escravidão.

A estrutura dos veículos de comunicação também chamam atenção, pois o estadunidense foi um jornal maior, com um número considerável de pessoas envolvidas na sua produção e com 108 edições, em um intervalo de 2 anos. Por outro lado, o brasileiro foi elaborado de forma mais artesanal, com formado de pasquim, muito comum na realidade daquele período no Rio de Janeiro, e com um número muito limitado de edições, a partir da 3ª edição o jornal passa a ser chamado de “*O Mulato*”.

Já do ponto de vista de conteúdo, é possível observar uma grande aproximação entre o *Freedom's Journal* e *O Homem de Cor*. Em ambos é possível destacar o engajamento antiescravagista e também a denúncia ao racismo contra os negros livres que viviam em países que permitiam o instituto da escravidão baseado na raça, endossando assim a inferioridade dos negros descendentes de africanos. Simons (1998, p. 9) destaca que a primeira edição do jornal estadunidense trata de rebater as críticas racistas de parte da imprensa nova-iorquina sobre a presença crescente na negra na cidade. Pinto, (2010, p.24) destaca que o primeiro jornal negro brasileiro destacava que a constituição brasileira não fazia distinção entre brancos e negros para as oportunidades no serviço público, local que excluía o negro, mesmo liberto.

Outro ponto em comum é a tentativa de mostrar o cotidiano do negro, uma vez que a vida da população negra livre não estava no cotidiano da imprensa estadunidense e também brasileira. Esse ponto contribui para pensarmos de imprensa negra brasileira, já discutido em Araujo (2019), que a partir dessas reflexões é razoável estender também aos

jornais negros dos EUA esse sentido da contribuição perspectiva da luta negra, ao publicar, e por consequência registrar historicamente, a expressão do negro sobre os diversos assuntos, nos diversos períodos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. T.. **O papel da imprensa negra brasileira**. 2019 Revista Alterjor, Ano 10, volume 02, edição 20. - 212-228.
- ALAKIJA, A. **Mídia e identidade negra**. (p. 108 – 154). In: Borges, R. C. S; Borges, R (org). *Mídia e Racismo*. Brasília, ABPN, 2012, 248 p.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Letramento: Belo Horizonte, 2018.
- BANCO MUNDIAL. **United Nations Population Division: World Population Prospects: 2019 Revision**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2019&most_recent_value_desc=true&start=2019&view=bar>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.
- BASTIDE, R. **A imprensa negra do estado de São Paulo**. In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª Ed. Anita: São Paulo, 2014.
- PINTO, A. F. M **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PNAD CONTINUA 2019: **Características gerais dos domicílios e dos moradores**, 2019 , Agência IBGE Notícias, Brasília, 20 de Dezembro de 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.
- UNITED STATES CENSUS BUREAU. **QuickFacts United States**, 2019. Disponível em: <<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/PST045219>>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.